



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 14/XIV/ 1.ª SL

Aos 15 dias do mês de abril de 2020, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, via videoconferência, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

(reunião a realizar por videoconferência)

Parte I

Audição do Conselho Português para os Refugiados, da Plataforma de Apoio aos Refugiados - Serviço de Jesuítas para os Refugiados e Associação HuBB - Humans Before Borders sobre a «tragédia humanitária iminente na fronteira turca-grega» (na sequência de requerimento do Grupo Parlamentar do BE)

Parte II

1. Grupo de Trabalho - Escrutínio de Iniciativas Europeias
2. Outros assuntos

Parte I

Audição do Conselho Português para os Refugiados, da Plataforma de Apoio aos Refugiados - Serviço de Jesuítas para os Refugiados e Associação HuBB - Humans Before Borders sobre a «tragédia humanitária iminente na fronteira turca-grega» (na sequência de requerimento do Grupo Parlamentar do BE)

(reunião via videoconferência)

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE), Deputado Luís Capoulas Santos, iniciou os trabalhos cumprimentando as organizações não governamentais – o Conselho Português para os Refugiados, a Plataforma de Apoio aos Refugiados e o Serviço de Jesuítas para os Refugiados e a Associação HuBB – Humans Before Borders - no âmbito do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 14/XIV/ 1.ª SL

A Senhora Deputada Fabíola Cardoso (BE) fez uma breve apresentação do requerimento, tendo manifestado a sua preocupação relativamente à situação que se vive na fronteira greco-turca, referindo as condições sanitárias dos campos de refugiados, a renúncia da Turquia ao acordo celebrado com a UE e a consequente abertura das fronteiras do lado turco, bem como a suspensão dos pedidos de asilo por parte do Governo Grego, situação ora agravada pela pandemia do COVID-19, alertando que as medidas de isolamento e de distanciamento social, recomendadas pelas entidades de saúde, se revelam impraticáveis neste contexto. Referiu, ainda, que as presentes audições visam a obtenção de mais informação sobre a situação em concreto.

Seguiu-se a intervenção dos representantes do Conselho Português para os Refugiados (CPR), a Senhora Mónica Farinha e o Senhor Tito Campos e Matos, que começaram por afirmar que a questão dos refugiados e de asilo é também uma questão geopolítica, devendo a crise humanitária que se vive na fronteira greco-turca ter uma solução política, a nível da UE. Referindo-se à relevância da decisão tomada pelo Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), datada de 2 de abril, sobre a violação do direito da UE por parte da Polónia, Hungria e da República Checa, que recusaram participar no programa de recolocação de refugiados de 2016, alertaram para a necessidade de haver uma maior partilha de responsabilidade e um maior envolvimento entre os Estados-Membros nesta matéria, designadamente no que diz respeito à implementação de um mecanismo de solidariedade permanente. Enquanto tal não acontece, frisaram que urge encontrar uma resposta de emergência, tendo referido que sete Estados-Membros, entre os quais Portugal, assumiram o compromisso de acolher um grupo de cerca de 1600 menores não acompanhados que se encontram atualmente na Grécia. Assim, referiu que será importante conhecer o número de pessoas e os critérios de acolhimento que Portugal irá adotar neste processo, de forma a se poder preparar o mesmo acolhimento, estabelecer entidades de coordenação, envolvendo a estrutura judiciária, como o Tribunal de Família e de Menores, e preparar a respetiva integração. O contexto do coronavírus e o consequente fecho de fronteiras terá impacto na solução a adotar, não devendo, no entanto, constituir fundamento para não intervir.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 14/XIV/ 1.ª SL

Após esta intervenção, usaram da palavra os Senhores Deputados Constança Urbano de Sousa (PS) que referiu a necessidade de se encontrar uma solução coordenada a nível europeu, através de políticas de solidariedade e de responsabilidade partilhada à escala europeia para esta crise humanitária, assim como medidas de combate às causas subjacentes aos movimentos migratórios, de longo prazo, tendo mencionado ainda as dificuldades inerentes aos programas de acolhimento, nomeadamente a adesão por parte dos próprios refugiados e os movimentos secundários; Isabel Meirelles (PSD), referindo-se à questão geopolítica e ao apoio financeiro e logístico da UE, nomeadamente através do mecanismo europeu de proteção civil, questionou sobre as medidas adicionais que Portugal poderá adotar para, da melhor forma possível, acolher e integrar os refugiados; Fabíola Cardoso (BE) lembrou a necessidade premente de uma política europeia de asilo e de imigração, tendo questionado sobre o ponto de situação dos refugiados em Portugal, bem como sobre a participação de Portugal no programa de recolocação de menores não acompanhados; Bruno Dias (PCP), referindo-se à deslocação de instâncias europeias à fronteira greco-turca no início de março, questionou sobre os meios mobilizados pela UE para dar resposta à situação humanitária, sobre o balanço que o CPR faz relativamente à capacidade de acolhimento transitória e sobre o reagrupamento familiar a nível da UE, assim como sobre a criminalização do auxílio humanitário prestado no Mediterrâneo; João Almeida (CDS-PP) referiu a ineficiência da política europeia de asilo e de integração devido às condições assimétricas dos Estados-Membros e questionou sobre a avaliação que a CPR faz em relação à atuação de Portugal nesta matéria.

Os representantes do Conselho Português para os Refugiados, a Senhora Mónica Farinha e o Senhor Tito Campos e Matos, responderam às questões apresentadas de forma individualizada.

No seguimento da liturgia da audição houve lugar à intervenção do Senhor André Costa Jorge, representante da Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR) e do Serviço de Jesuítas para os Refugiados (SJR), que iniciou a sua intervenção por um enquadramento histórico da missão do SJR no mundo e em Portugal – neste último caso desde os anos 90 –, e da PAR, de que o SJR foi co-fundador em 2015 no



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 14/XIV/ 1.ª SL

contexto da crise migratória emergente no Verão daquele ano. Explicou o trabalho de ambas as associações na proteção de refugiados e migrantes em todas as suas necessidades, incluindo o seu acolhimento, mais explicando que em 2018 o SJR foi convidado a assumir a coordenação da PAR, daí surgindo a sua dupla qualidade com que agora intervém nesta audição.

O convidado destacou na sua intervenção a crise migratória na fronteira greco-turca, especialmente face às pressões políticas enfrentadas pela União Europeia neste contexto, mas também a situação e as dificuldades mais antigas relacionadas com as condições de acolhimento existentes nos campos de refugiados da Grécia, onde lembrou as ações de voluntariado do SJR e da PAR em Atenas e em Lesbos. Destacou ademais a necessidade de adoção de soluções para a atual catástrofe humana, alertando que a situação pandémica que se vive tem um potencial danoso de centenas ou milhares de vítimas. Prosseguiu lembrando a função de resposta no acolhimento da PAR/SJR em Portugal, a qual foi responsável pelo acolhimento de mais de 700 pessoas apenas entre 2015 e 2020, distribuídas por mais de 200 instituições de acolhimento, traçando a comparação com o total de refugiados acolhidos até 2015, que fora então de apenas 45. Referiu que Portugal tem estado, neste capítulo, do lado certo da história – dos que defendem a necessidade de uma ação humanitária de acolhimento de requerentes de asilo e refugiados –, mas alertou para a necessidade de se reforçar a capacidade de acolhimento existente no país. Ainda recordou que há cerca um ano atrás foi celebrado um acordo com a Grécia pelo qual Portugal se comprometeu com o acolhimento de mais de 1000 pessoas, mas volvido um ano isso ainda não foi efetivado. A respeito destes temas, e para terminar, o representante da PAR/SJR recomendou que Portugal concretize ações efetivas no acolhimento dos refugiados, ultrapassando o plano das simples intenções, mais revelando algumas das propostas que tem trabalhado com a Secretaria de Estado para as Migrações e com o Ministério dos Negócios Estrangeiros nesse concreto campo de apoio às organizações da sociedade civil.

Teve lugar, de seguida, uma ronda de perguntas por parte dos Senhores Deputados onde intervieram, ato contínuo: o Senhor Deputado Paulo Pisco (Partido Socialista), que abordou certa desatenção que tem deixado relegadas as necessidades dos campos de refugiados e lembrou os alertas que algumas Organizações Não



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 14/XIV/ 1.ª SL

Governmentais (ONG) têm deixado quanto aos riscos de uma hecatombe sanitária na hipótese de se verificar entre refugiados um surto de Covid-19 para, depois, solicitar esclarecimentos sobre as dificuldades que têm sido relatadas no acesso dos voluntários e das associações aos campos, terminando a intervenção com uma referência à necessidade de uma ação determinada por parte da União Europeia como via de resposta à precariedade das situações de vida com que se confrontam os refugiados; o Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD), que destacou a tradição humanista de Portugal e repisou as declarações recentes da Presidente da Comissão Europeia e do seu Vice-Presidente *Josep Borrel* no sentido de que a União Europeia não é chantageável, formulando duas questões ao Senhor representante da PAR/SJR: a primeira procurando saber se o anúncio do Ministro dos Negócios Estrangeiros a favor da inscrição no orçamento de Estado de 2020, pela primeira vez, de uma verba destinada às ONG que em Portugal acolhem refugiados, resultava já executada, e a segunda indagando se existe criada uma ferramenta de integração para os refugiados; a Senhora Deputada Fabíola Cardoso (BE), a qual interrogou as razões para não estar cumprido o acordo celebrado entre os Governos de Portugal e da Grécia para acolhimento de requerentes de asilo e refugiados, mais solicitando do representante da PAR/SJR informações pormenorizadas sobre a ação de Portugal no programa europeu de acolhimento de refugiados e a sua opinião sobre a notícia vinda a público naquele dia que relatava a vontade da Organização Internacional para as Migrações (OIM) em reinstalar mais de 5 mil refugiados fora de campos provisórios; o Senhor Deputado Bruno dias (PCP), que interveio para perguntar se o papel do Ministério da Administração Interna passa por um contexto apenas bilateral, entre os Estados português e grego, ou se há neste âmbito uma atuação envolvendo a União Europeia, e abordou o representante da PAR/SJR, na sequência do que tem sido a identificação da ação de alguns Estados como fator de obstáculo na prestação do apoio possível a voluntários e associações a refugiados, sobre a criminalização da solidariedade, procurando saber qual tem sido a sua evolução, no tocante à atuação das autoridades dos vários países quanto a acusar e punir os que de modo solidário têm intervindo para ajudar estas populações, nomeadamente através de navios no mar mediterrâneo; o Senhor Deputado João Almeida (CDS), que referiu ser fundamental, nesta matéria, mais do que a discussão europeia e nacional de acolhimento, para que há consenso político, responder e solucionar o efeito de chamada que existe quanto a países onde



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 14/XIV/ 1.ª SL

se encontram comunidades locais das nacionalidades destes migrantes, vencendo assim a maior frustração que é acolher requerentes de asilo e refugiados e estes, depois, quererem partir, seja por razões económicas ou pelo maior respaldo sociológico existente noutros países da União; a Senhora Deputada Cristina Rodrigues (PAN) que, após traçar um resumido quadro da situação política desde 2016 até ao presente e defender a premência de uma resposta concertada no plano europeu, questionou o representante das associações sobre a forma como é feita a integração profissional destes refugiados, quantos têm trabalho e em que setores, quantos permanecem ainda em Portugal, quais as vertentes do seu trabalho social, jurídico e de ensino da língua portuguesa e a forma como tal se efetiva, além de informações relativas ao acesso e utilização de serviços de saúde pelos mesmos.

Também de forma individualizada, o representante da Plataforma de Apoio aos Refugiados e do Serviço de Jesuítas para os Refugiados, o Senhor André Costa Jorge, respondeu às questões que lhe foram formuladas.

O Senhor Presidente agradeceu a presença do Senhor André Costa Jorge e, de seguida, deu a palavra aos representantes da Associação HuBB – Humans Before Borders (HuBB), os Senhores Miguel Duarte e Ruben Manarte, para intervirem.

A intervenção foi iniciada pelo Senhor Miguel Duarte, o qual começou por agradecer o convite para a audição e apresentou a HuBB, informando tratar-se de uma plataforma de comunicação que pretende abordar temas relacionados com os direitos humanos e as migrações, tendo como objetivo que estes temas se mantenham presentes na discussão política e pública, ao mesmo tempo que promove divulgação de informação fidedigna sobre o que se passa nas fronteiras. Além disso, informou que apoiam organizações que se encontram no terreno, sendo que vários dos seus membros disponibilizam-se para fazer voluntariado com Organizações Não Governamentais (ONG's) que tentam melhorar as condições de vida nos campos de refugiados da Grécia e de outros locais. Salientou, ainda, que têm bastante conhecimento do que se passa nas fronteiras da UE, podendo partilhá-la com os decisores políticos, e que acreditam que Portugal pode fazer muito como Estado-Membro da União Europeia, já



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 14/XIV/ 1.ª SL

que tem a possibilidade e a responsabilidade de ser parte ativa nesta problemática dos refugiados. Acrescentou, ainda, que Portugal tem demonstrado compromisso com princípios humanistas e que assinou acordos com outros países para receber refugiados, tendo destacado, nomeadamente, o acordo celebrado em 2019 com a Grécia, no qual Portugal se disponibilizou para receber 1000 refugiados. Sublinhou ainda, no âmbito do programa voluntário de reinstalação de refugiados da ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), o compromisso assumido por Portugal para reinstalar cerca de 1010 refugiados que se encontram na Turquia e no Egito e destacou a necessidade de Portugal acolher prioritariamente os menores desacompanhados e os adultos vulneráveis, para que possam sair o mais rapidamente possível dos campos de refugiados da Grécia.

Finalmente, e no que respeita ao resgate marítimo no Mediterrâneo, referiu que Portugal tem tido uma boa abordagem, nomeadamente demonstrando solidariedade com as ONG's encarregues de fazer resgate civil no Mediterrâneo, mas que pode ainda fazer mais, nomeadamente disponibilizando os seus portos para receber as embarcações (já que a Itália e a Espanha deixaram de o fazer).

O Senhor Presidente deu, de seguida, a palavra aos Senhores Deputados para uma ronda de perguntas, tendo intervindo o Senhor Deputado Paulo Pisco (PS), que questionou acerca do motivo pelo qual ainda não tinham sido reinstalados e acolhidos os refugiados no âmbito dos acordos celebrados, se conheciam o ponto de situação em que se encontrava o acordo com a Grécia, nomeadamente se esta já tinha iniciado o processo para que os menores chegassem ao nosso país, e, ainda, relativamente aos campos de refugiados, se existiam situações de contaminação por COVID-19; a Senhora Deputada Isabel Meirelles (PSD), que questionou sobre a forma como a HuBB se financiava a nível Europeu e Nacional, como eram recrutados os voluntários, e, finalmente, como viam os fluxos burocráticos e administrativos a nível nacional para integrar estes refugiados; a Senhora Deputada Beatriz Gomes Dias (BE), que perguntou acerca da forma como as ONG's têm sido recebidas nos campos de refugiados e sobre os ataques de que têm sido alvo, sobre a criminalização da solidariedade, mais propriamente sobre os processos judiciais instaurados contra os voluntários envolvidos no resgate marítimo, e, finalmente, sobre as medidas que deveriam ser adotadas para que o processo de acolhimento garantisse o respeito pela



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 14/XIV/ 1.ª SL

dignidade dos refugiados; o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), que, no que respeita à criminalização, questionou sobre o apoio que têm tido por parte das Instituições Europeias e que consequências e implicações essa criminalização tem acarretado para a HuBB e para vida dos voluntários, tendo, ainda, questionado acerca da pandemia causada pela COVID-19 nos campos de refugiados e as dificuldades acrescidas que isso veio trazer; o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP), o qual perguntou de que forma a HuBB transmitiu ao Governo a necessidade de retirar as pessoas dos campos de refugiados e qual foi a resposta que obteve por parte do Governo; e, por último, a Senhora Deputada Cristina Rodrigues (PAN), a qual perguntou o que Portugal poderia fazer para ajudar mais na situação da fronteira Greco-Turca, se, alguma vez, a HuBB pediu para receber algum tipo de apoio ou financiamento público e se, caso recebessem, consideravam que poderia ou não alargar o seu âmbito de atuação.

Os representantes da Hubb, os Senhores Miguel Duarte e Raúl Manarte, responderam às questões apresentadas de forma individualizada.

O Senhor Presidente da CAE destacou a importância do depoimento prestado, agradeceu o trabalho, disponibilidade e participação dos representantes da Hubb, deu por terminada as audições, tendo passado à segunda parte da reunião.

Parte II

1. Grupo de Trabalho - Escrutínio de Iniciativas Europeias

A Senhor Coordenadora do Grupo de Trabalho, Deputada Isabel Meirelles (PSD), apresentou o resultado da reunião do Grupo de Trabalho, tendo sido propostas para conhecimento e escrutínio das Comissões competentes em razão da matéria as seguintes iniciativas:

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 14/XIV/ 1.ª SL

| Referência | Data da Iniciativa | Título | Comissão Competente |
|------------------------------|--------------------|---|---------------------|
| COM(2020)139 | 02/04/2020 | Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativa à criação de um instrumento europeu de apoio temporário para atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência (SURE) na sequência do surto de COVID-19 | 10.ª Comissão CTSS |
| COM(2020)175 | 02/04/2020 | Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que ativa o apoio de emergência nos termos do Regulamento (UE) 2016/369 do Conselho, de 15 de março de 2016, e que altera as suas disposições relativamente ao surto de COVID-19 | 5.ª Comissão COF |
| COM(2020)135 | 03/04/2020 | Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1215/2009 do Conselho, que adota medidas comerciais excecionais em favor dos países e territórios que participam ou estão ligados ao processo de estabilização e associação da União Europeia | 6.ª Comissão CEIOPH |
| JOIN(2020)4 | 09/03/2020 | COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Rumo a uma estratégia abrangente para África | 2.ª Comissão CNECP |
| COM(2020)93 | 10/03/2020 | COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Identificar e Superar as Barreiras ao Mercado Único | 6.ª Comissão CEIOPH |
| COM(2020)94 | 10/03/2020 | COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Plano de Ação a Longo Prazo para Melhorar a Aplicação e o Cumprimento das Regras do Mercado Único | 6.ª Comissão CEIOPH |
| COM(2020)112 | 13/03/2020 | COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU, AO CONSELHO, AO BANCO CENTRAL EUROPEU, AO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO E AO EUROGRUPO Resposta económica coordenada ao surto de COVID-19 | 6.ª Comissão CEIOPH |
| COM(2020)115 | 16/03/2020 | COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU E AO CONSELHO COVID-19: Restrições temporárias aplicáveis às viagens não indispensáveis para a UE | 6.ª Comissão CEIOPH |
| COM(2020)123 | 20/03/2020 | COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO sobre a ativação da cláusula de derrogação de âmbito geral do Pacto de Estabilidade e Crescimento | 5.ª Comissão COF |
| COM(2020)119 | 23/03/2020 | COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Balanço da situação de não reciprocidade no domínio da política de vistos | 1.ª Comissão CACDLG |

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 14/XIV/ 1.ª SL

| | | | |
|------------------------------|------------|--|---|
| COM(2020)104 | 23/03/2020 | RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU, AO COMITÉ DAS REGIÕES E AO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO relativo à aplicação da Comunicação da Comissão sobre uma parceria estratégica reforçada e renovada com as regiões ultraperiféricas da UE | 6.ª Comissão CEIOPH e 11.ª Comissão CAEOT |
| JOIN(2020)5 | 25/03/2020 | COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Plano de Ação da UE para os Direitos Humanos e a Democracia no período 2020-2024 | 1.ª Comissão CACDLG |
| JOIN(2020)6 | 25/03/2020 | Proposta conjunta de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO AO CONSELHO EUROPEU relativa à adoção de uma decisão que identifica os objetivos estratégicos da União a prosseguir através do Plano de Ação da UE para os Direitos Humanos e a Democracia no período de 2020-2024 | 1.ª Comissão CACDLG |
| COM(2020)138 | 02/04/2020 | Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 1303/2013 e o Regulamento (UE) n.º 1301/2013 no que respeita a medidas específicas destinadas a proporcionar uma flexibilidade excecional para a utilização dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento em resposta ao surto de COVID-19 | 6.ª Comissão CAEOT |
| COM(2020)141 | 02/04/2020 | Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 223/2014 no que respeita à introdução de medidas específicas para fazer face à crise da COVID-19 | 6.ª Comissão CAEOT |
| COM(2020)142 | 02/04/2020 | Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 1379/2013 e o Regulamento (UE) n.º 508/2014 no que respeita a medidas específicas destinadas a atenuar o impacto do surto de COVID-19 no setor da pesca e da aquicultura | 7.ª Comissão CAM |
| COM(2020)143 | 02/04/2020 | COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Resposta à crise do coronavírus Utilizar cada euro disponível, de todas as formas possíveis, para salvar vidas e garantir meios de subsistência | 6.ª Comissão CEIOPH |

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 14/XIV/ 1.ª SL

| | | | |
|------------------------------|------------|---|---|
| COM(2020)80 | 04/03/2020 | Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece o quadro para alcançar a neutralidade climática e que altera o Regulamento (UE) 2018/1999 (Lei Europeia do Clima) | 11.ª Comissão CAEOT |
| COM(2020)78 | 04/03/2020 | Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO sobre o Ano Europeu do Transporte Ferroviário (2021) | 6.ª Comissão CEIOPH |
| COM(2020)70 | 26/02/2020 | Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa às orientações para as políticas de emprego dos Estados-Membros | 10.ª Comissão CTSS |
| COM(2020)98 | 11/03/2020 | COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Um novo Plano de Ação para a Economia Circular Para uma Europa mais limpa e competitiva | 6.ª Comissão CEIOPH e 11.ª Comissão CAEOT |
| COM(2020)101 | 05/03/2020 | RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre a execução do Plano de Ação da UE para 2017-2019 para colmatar as disparidades salariais entre homens e mulheres | 1.ª Comissão CACDLG |
| COM(2020)152 | 05/03/2020 | COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Uma União da Igualdade: Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025 | 1.ª Comissão CACDLG |
| COM(2020)150 | 26/02/2020 | COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU, AO CONSELHO, AO BANCO CENTRAL EUROPEU E AO EUROGRUPO Semestre Europeu 2020: Avaliação dos progressos em matéria de reformas estruturais, prevenção e correção de desequilíbrios macroeconómicos e resultados das apreciações aprofundadas ao abrigo do Regulamento (UE) n.º 1176/2011 | 5.ª Comissão COF |

Uma vez submetidas a votação, as propostas foram aprovadas por unanimidade.

2. Outros assuntos



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 14/XIV/ 1.ª SL

O Senhor Presidente informou sobre o próximo Conselho Europeu que se irá realizar no dia 23 de abril e que a apresentação do próximo QFP reformulado está previsto para o dia 29 de abril.

A audição foi gravada em vídeo e transmitida em direto pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede (gravação integral disponível em: <http://canal.parlamento.pt?cid=4468&title=audicao-do-conselho-portugues-para-os-refugiados-da-plataforma-de-apo>)

A reunião foi encerrada às 20:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 maio 2020.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAPOULAS SANTOS)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 14/XIV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Miguel dos Santos
António Cunha
António Lima Costa
Bacelar de Vasconcelos
Beatriz Gomes Dias
Bruno Dias
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Brás
Constança Urbano de Sousa
Cristina Rodrigues
Fabíola Cardoso
Isabel Meireles
Isabel Oneto
Isabel Rodrigues
João Pinho de Almeida
Luís Capoulas Santos
Paulo Moniz
Paulo Pisco
Rita Borges Madeira
Sérgio Marques
António Maló de Abreu
Cristina Moreira
Francisco Pereira Oliveira
Maria Gabriela Fonseca
Sónia Fertuzinhos
Tiago Barbosa Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Cegonho
Rosário Gambôa